

6 JUN 1985

Questões sobre a Constituinte

Políticos expressivos e experientes do Congresso ainda não visualizam, com muita clareza, o trabalho da futura Comissão Constitucional a ser criada pelo Governo. Não se sabe quando, e nem o próprio funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte a ser eleita em novembro do próximo ano.

Sobre a Comissão Constitucional a ser presidida pelo ex-ministro e ex-senador Afonso Arinos palram algumas questões ainda não respondidas satisfatoriamente. A primeira é quanto à quantidade de membros. E a segunda, sobre sua qualificação.

Temem os políticos mais lúcidos do Congresso, de todos os partidos, que se crie uma comissão grande demais, que, na prática, vá se transformar numa "mini-Constituinte". É fácil avallar o tumulto e a falta de rendimento de uma comissão de grande porte.

Por outro lado, questiona-se também o aspecto da qualificação, não tanto a respeito das pessoas físicas que serão escolhidas e nem sob suas qualificações intelectuais, mas sobre sua representatividade. Serão pessoas jurídicas, isto é, representantes de partidos, de sindicatos, de entidades da sociedade civil? Ou apenas representantes do pensamento jurídico, político e constitucional do País?

Outras questões permanecem em aberto, especialmente a que se relaciona com o duplo trabalho da futura Assembleia Nacional, simultaneamente trabalhando como Congresso ordinário e como Constituinte.

O Governo não parece muito seguro do que deseja realizar. Só o objetivo final parece bem claro: organizar uma nova Constituição a partir de uma Constituinte. Tudo o mais são ainda questões abertas à espera de definições de um Governo que tem assuntos mais urgentes batendo diariamente à sua porta.

PODER ECONÓMICO

Depois que os ministros chegam ao po-

der é que começam a demonstrar a sua competência política ou a falta de apetite pelo poder. E a área econômica, onde está um dos verdadeiros pólos do poder (o outro é o canhão) passa a ser um bom terreno para o exercício de habilidade política de seus titulares.

Até existir a figura do Ministério do Planejamento, era o Ministério da Fazenda que detinha o comando financeiro, porque possuía a chave do cofre. A partir da existência de mais um sócio no fecho do Clube do Tesouro, quase sempre os ministros da Fazenda e do Planejamento trocaram amáveis caneladas por debaixo da mesa.

Nos casos dos ministros Dornelles e Sayad, o caso é um pouco diferente. O primeiro vinha com força total, até apelidado de "xerife da economia". Trazia a experiência de mais de dez anos de trabalho no Governo Federal e, naturalmente, a total confiança do tio-presidente. Já o Ministro do Planejamento trazia a estrela de planejador do governo Montoro e uma revelação da nova equipe de "tecnocratas-sociais". Não há dúvida que sua estrela está em ascensão.

REFORMA AGRÁRIA

Pisou-se no "freio de arrumação" no debate da reforma agrária. Coube ao ministro Nelson Ribeiro explicar o que chamou de "três mal-entendidos" nesse assunto inflamável. O primeiro: o que se divulgou foi uma proposta a ser discutida e não um plano já aprovado. Segundo: ainda não foram definidas as áreas em que o plano será futuramente aplicado. Terceiro: nem todo o latifúndio, produtivo ou não, será desapropriado.

Reforma agrária no Brasil, como se viu no passado, é assunto que mais se complica à medida que mais se fala nele.

LUIZ ADOLFO PINHEIRO